

## ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos onze dias do mês de março de dois mil e dezenove (11.03.2019), às quatorze horas e quinze minutos (14h15min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 131ª Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. José Omar de Almeida Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. Elaine Marciano Pires, José Maria da Silva Júnior e Jacqueline Borges Silva Tomaz. Constatou-se ainda as presenças do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, da Dra. Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça Assessora Especial do PGJ, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, e de diversos outros servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Autos CPJ nº 002/2019 – Regulamentação da distribuição das Notícias de Fato oriundas das Audiências de Custódia (interessado: Dr. Fábio Vasconcellos Lang; relatoria: CAI); 3) Autos CPJ nº 003/2019 – Proposta de alteração legislativa para ampliação do Conselho Superior com a inclusão de vaga de membro nato a ser composta pelo Ouvidor do MPE/TO (interessado: Conselho Superior do Ministério Público; relatoria: CAI); 4) Autos CPJ nº 014/2018 – Requerimento de criação do cargo de “Motorista Segurança” e de modificação da nomenclatura para “Técnico de Apoio/Segurança Institucional” (interessado: Motoristas do Ministério Público do Estado do Tocantins; relatoria: CAA); 5) Autos CPJ nº 001/2019 – Proposta de alteração do interstício das progressões e da avaliação periódica de desempenho (interessado: Procurador-Geral de Justiça; relatoria: CAA); 6) Autos CPJ nº 006/2019 – Minuta de Resolução CPJ – “Regulamenta o pagamento do auxílio-moradia para os membros do Ministério Público do Estado do Tocantins” (interessado: Procurador-Geral de Justiça; relatoria: CAA); 7) Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC’s: 7.1) E-Doc nº 07010267189201967 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Procurador-Geral de Justiça); 7.2) Memos nºs. 021 e 23/2019-GAECO/MPTO – comunicam a instauração de PIC’s (interessado: GAECO); 7.3) E-Doc nº

07010263257201919 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Célem Guimarães Guerra Júnior); 7.4) E-Doc nº 07010265920201911 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Daniel José de Oliveira Almeida); 7.5) E-Doc nº 07010265952201915 – Comunica a instauração de PIC (interessado: Dr. Caleb de Melo Filho); 7.6) E-Doc nº 07010267774201967 – Comunica a instauração de PIC (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); 7.7) E-Doc nº 07010263678201941 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira); 7.8) E-Docs nºs. 07010264450201977, 07010264460201911 e 07010266217201929 – Comunicam a prorrogação de PIC's (interessada: Dra. Bartira Silva Quinteiro); 7.9) Ofício nº 02/2019/13ªPJ-ARN – Comunica o arquivamento de PIC (interessado: Dr. Célem Guimarães Guerra Júnior); 7.10) E-Docs nºs. 07010263419201919 e 07010263417201921 – Comunicam o oferecimento de denúncia com base em PIC's (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); 7.11) E-Doc nº 07010264581201954 – Comunica a judicialização de PIC (interessada: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi); 7.12) E-Doc nº 07010265656201914 – Comunica o ajuizamento de ação penal com base em Notícia de Fato (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); e 8) Outros assuntos. De início, colocou-se em votação as **Atas da 130ª Sessão Ordinária, da 122ª, 123ª e 124ª Sessões Extraordinárias e da Sessão Solene de Posse de Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF**, que restaram aprovadas à unanimidade. Em seguida, passou-se à análise dos feitos constantes da ordem do dia, a saber: 1) **Autos CPJ nº 002/2019**. Assunto: Regulamentação da distribuição das Notícias de Fato oriundas das Audiências de Custódia. Interessado: Dr. Fábio Vasconcellos Lang, 6º Promotor de Justiça da Capital. Parecer da CAI: *“(…) Em análise preliminar do feito, considerando a possível repercussão do deslinde do pedido com a forma de gestão dos Sistemas e-Proc e e-Ext no Ministério Público, bem como nos serviços do Cartório de 1ª Instância, a CAI deliberou, à unanimidade, pelo envio dos autos sucessivamente a estes setores, pela Secretária do Colégio de Procuradores, para que no prazo de 10 (dez) dias úteis, se manifestem sucessivamente sobre o pleito, apresentando as informações e sugestões que entenderem pertinentes, e após sejam os autos novamente encaminhados à CAI para apreciação e deliberação.”*. Votação: parecer acolhido à unanimidade. 2) **Autos CPJ nº 003/2019**. Assunto: Proposta de alteração legislativa

para ampliação do Conselho Superior com a inclusão de vaga de membro nato a ser composta pelo Ouvidor do MPE/TO. Interessado: Conselho Superior do Ministério Público. Parecer da CAI: *“(...) Assim, já havendo vaga criada para suprir a necessidade externada pelos membros daquele Colegiado e em face dos mesmos argumentos que levaram à decisão colegiada de não acolhimento do pleito idêntico julgado na 101ª Sessão Ordinária, manifesta-se a CAI pela não aprovação da proposta, com a verificação e informação ao CPJ do andamento da alteração legislativa já aprovada na 95ª Sessão Ordinária, que deliberou pela criação de mais uma vaga para o CSMP.”*. Votação: parecer acolhido à unanimidade, deliberando-se ainda no sentido de que o Procurador-Geral de Justiça elabore e encaminhe, à Assembleia Legislativa, Proposta de Alteração Legislativa visando à criação de mais uma vaga para o Conselho Superior do Ministério Público, conforme já aprovado na 95ª Sessão Ordinária do CPJ, em 09/11/2015. 3) **Autos CPJ nº 014/2018**. Assunto: Requerimento de criação do cargo de “Motorista Segurança” e de modificação da nomenclatura para “Técnico de Apoio/Segurança Institucional”. Interessado: Motoristas do Ministério Público do Estado do Tocantins. Parecer da CAA: *“(...) remessa dos autos ao Colégio de Procuradores de Justiça para que este decida por determinar, ou não, um novo estudo visando à adequação do quadro de atribuições dos motoristas às funções cotidianas por eles desempenhada.”*. Votação: parecer acolhido à unanimidade, deliberando-se ainda pela remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça para que determine, ao setor responsável, a realização do referido estudo, bem como à análise da questão vencimental. 4) **Autos CPJ nº 004/2019**. Assunto: Proposta de alteração do interstício das progressões e da avaliação periódica de desempenho. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Parecer da CAA: *“(...) pelo retorno dos autos ao Colégio de Procuradores de Justiça para que este delibere acerca de seu sobrestamento, em razão da instabilidade política e econômica atual.”*. Votação: parecer acolhido à unanimidade. E 5) **Autos CPJ nº 006/2019**. Assunto: Minuta de Resolução CPJ – *“Regulamenta o pagamento do auxílio-moradia para os membros do Ministério Público do Estado do Tocantins”*. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Parecer da CAA: *“(...) pela aprovação da minuta na íntegra.”*. Votação: parecer acolhido à unanimidade. Por fim, apresentou-se, para conhecimento, **Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's**, nos termos

constantes da ordem do dia. Encerrados os itens constantes da pauta, passou-se à discussão de **outros assuntos**. Com a palavra, o Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, Corregedor-Geral do Ministério Público, teceu considerações a respeito das **primeiras correições** realizadas pela sua gestão. Fez elogios aos Promotores de Justiça das Comarcas da região sul do Estado, cujas atuações, apesar de todas as dificuldades, têm honrado a Instituição. Já no tocante ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, alertou a Administração acerca do *deficit* de servidores qualificados, o que tem dificultado o andamento dos trabalhos. Por último, o Presidente lamentou a devolução, a pedido, do **Tenente-Coronel Félix Francisco dos Santos Neto** à Polícia Militar do Estado do Tocantins, agradecendo-lhe, em nome da Instituição, pelos excelentes serviços prestados ao longo dos últimos anos, no que foi acompanhado pelos demais Procuradores de Justiça. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às quatorze horas e quarenta e cinco minutos (14h45min), do que, para constar, eu, \_\_\_\_\_, Ricardo Vicente da Silva, Secretário Substituto, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

José Omar de Almeida Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Ana Paula Reigota Ferreira Catini